S.R. DA SOLIDARIEDADE SOCIAL
Contrato n.º 24/2013 de 17 de Junho de 2013

Em conformidade com o disposto no n.º 2, do artigo 4.º, do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, aplicado na Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/84/A, de 28 de agosto e com o preceituado nos artigos 69.º, 70.º, 75.º e 76.º a 79.º, todos do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2012/A, de 4 de abril é celebrado o presente Contrato de Cooperação – Valor Eventual, entre a Secretaria Regional da Solidariedade Social, com o número de identificação fiscal 600083748, na qualidade de 1.º Outorgante, representada pela Secretária Regional da Solidariedade Social, Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano, e a Santa Casa da Misericórdia de Nordeste – São Miguel, com o número de identificação fiscal 512010986 na qualidade de 2.º Outorgante, representada por Eduardo Manuel Pacheco de Medeiros, Provedor, enquanto seu representante legal, devidamente credenciado, nos termos e cláusulas seguintes:

Cláusula I

Objeto

O presente Contrato de Cooperação – Valor Eventual visa estabelecer as obrigações recíprocas da Segurança Social e da instituição outorgante, com vista à comparticipação das despesas relacionadas com a reparação e manutenção de equipamento de cozinha e lavandaria.

Cláusula II

Apoio financeiro a conceder

No âmbito do presente contrato, é atribuído, pelo 1.º outorgante, ao 2.º outorgante uma comparticipação até ao montante máximo de 2.237,87€ (dois mil, duzentos e trinta e sete euros e oitenta e sete cêntimos) para pagamento das despesas relacionadas com a reparação e manutenção de equipamento de cozinha e lavandaria.

Cláusula III

Prazo de execução

O período máximo de execução do presente contrato, inicia os seus efeitos a partir da data da sua assinatura, até final do mês de dezembro de 2013.

Cláusula IV

Número de Identificação Bancária

A prestação atribuída é creditada numa conta aberta no BANIF, com o NIB: 003802269910022091396, titulada pelo 2.º outorgante.

Cláusula V

Obrigações do 2.º outorgante

1. No âmbito do presente contrato de cooperação, a instituição obriga-se a:

- a) Executar os procedimentos referentes à contratação pública de acordo com as regras estabelecidas no Código dos Contratos Públicos, com as especificidades vigentes na Região Autónoma dos Açores previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de agosto;
- b) Fornecer todos os elementos, designadamente, contabilísticos que lhe forem solicitados pelo 1.º outorgante, ou pelas entidades competentes, para efeitos de fiscalização e acompanhamento do cumprimento pontual e integral deste contrato;
- c) Executar as recomendações e orientações, nomeadamente de carácter técnico ou financeiro, emitidas pelos serviços de segurança social no âmbito das respetivas competências;
- d) Comunicar, ao 1.º outorgante, qualquer alteração ou ocorrência que ponha em causa a execução deste contrato;
- e) Manter a sua situação regularizada perante a administração fiscal e a segurança social;
- f) Autorizar a consultar a informação sobre a sua situação contributiva e tributária perante a Segurança Social e Finanças, para efeitos de pagamento das prestações previstas no presente contrato;
- g) Assegurar a legalidade e regularidade das despesas, bem como o respeito pelas normas relativas a contratos públicos, auxílios estatais, concorrência, ambiente e igualdade de oportunidades;
- h) Exercer, obrigatoriamente, sobre terceiros que venham a ser contratados para prossecução do objeto do presente contrato, todos os direitos que lhe assistam por incumprimento de obrigações contratuais por parte dos mesmos, nomeadamente, o direito a indemnização. (caso se esteja perante um contrato com vista a aquisição ou prestação de serviços);
- i) Utilizar os bens ou serviços comparticipados pelo presente contrato, para os fins sociais nele estabelecido(s).

2. A instituição obriga-se, durante um período de 3 (três) anos, a não explorar ou utilizar para outros fins que não aqueles identificados na cláusula I, não vender, não dar em locação ou por qualquer outro modo alienar, no todo ou em parte, os bens adquiridos ao abrigo do presente contrato, sem autorização do 1.º outorgante. (caso se esteja perante contrato com vista a aquisição de bens)

3. Na situação de extinção do 2.º outorgante, os bens comparticipados pelo 1.º outorgante, nos termos do presente contrato, passam a integrar o património daquele. (caso se esteja perante contrato com vista a aquisição de bens, em que os mesmos tenham sido, integralmente, financiados por fundos públicos)

Cláusula VI

Obrigações do 1.º outorgante

A Secretaria Regional da Solidariedade Social comparticipa o investimento, até ao montante máximo de 2.237,87€ (dois mil, duzentos e trinta e sete euros e oitenta e sete cêntimos) por

dotação financeira do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social nos Açores, inscrita no orçamento do ano de 2013.

Cláusula VII

Acompanhamento e fiscalização

O 2.º Outorgante aceita o acompanhamento e a fiscalização da boa execução e cumprimento das obrigações resultantes deste contrato, a efetuar pelos serviços do departamento do Governo Regional competentes em matéria de solidariedade social ou por parte de outros serviços da administração pública regional cuja colaboração seja solicitada para esse fim.

2. O acompanhamento e a fiscalização referidos no número anterior serão efetuados, através da verificação dos documentos comprovativos referentes à execução do contrato, bem como, se aplicável, mediante visitas ao local da prestação de serviços, objeto do presente contrato.

Cláusula VIII

Revisão

O presente contrato de cooperação, pode ser revisto por iniciativa e acordo de ambas as partes, por razões técnicas e/ou financeiras ponderosas.

Cláusula IX

Suspensão

1. O presente contrato de cooperação pode, por acordo das partes, ser suspenso pelo prazo máximo de 180 dias.

2. As declarações de consentimento são manifestadas por quaisquer meios e nos prazos previstos no CPA.

3. Se a suspensão do contrato não for sanada no prazo fixado no n.º 1 o contrato presume-se resolvido.

Cláusula X

Caducidade

O presente contrato de cooperação caduca pelo decurso do respetivo prazo de vigência.

Cláusula XI

Resolução do contrato

1. A resolução do presente contrato pode ser efetuada a todo o tempo, pelo incumprimento injustificado de qualquer das obrigações estabelecidas no mesmo ou quando factos ocorridos o inviabilizem ou tornem insuscetível a sua manutenção, nomeadamente, por incumprimento definitivo ou violação de normas técnicas ou regulamentares.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, o 1.º outorgante terá o direito de resolver o contrato, designadamente, nos casos a seguir indicados:

a) Recusa da prestação de informações e/ou elementos de prova que sejam solicitados pelo 1.º outorgante ou a prestação com má-fé de informações falsas e elementos inexatos sobre factos relevantes, tanto na fase de candidatura como na de execução do presente contrato;

b) A viciação de dados, nomeadamente, de elementos justificativos das despesas;

c) Incumprimento de obrigações legais e fiscais;

d) A existência de duplicação de financiamento, relativamente aos bens ou serviços objeto de participação;

e) Explorar ou utilizar para outros fins, locar, alienar, ou por qualquer modo onerar, no todo ou em parte, os bens participado. (caso se esteja perante contrato com vista a aquisição de bens)

3. A resolução do contrato, por motivos imputáveis ao 2.º outorgante, implica a restituição do montante total/comparticipação concedida, no prazo de 60 dias após recebimento da respetiva notificação, acrescidas de eventuais juros à taxa aplicável a operações ativas de idêntica duração.

4. As irregularidades na aplicação das verbas, nomeadamente a sua utilização para fins diferentes dos indicados, para além da devolução da totalidade dos montantes concedidos, nos termos do número anterior, constitui-se como motivo para instauração de procedimento civil e criminal contra o(s) responsável(eis) por esse(s) ato(s).

Cláusula XII

Documentos integrantes

Fazem parte integrante deste contrato e a eles se recorrerá quando necessário, todos os documentos que integram o processo de candidatura, designadamente, o formulário de candidatura apresentado pelo 2.º outorgante.

Cláusula XIII

Vigência

O presente contrato inicia os seus efeitos a partir da data da sua assinatura, mantendo-se em vigente até ao prazo máximo estabelecido na cláusula III.

Cláusula XIV

Disposições finais

1. As partes outorgantes declaram estar de acordo com o clausulado constante neste contrato, que é feito em duplicado, todas as cópias valendo como originais, ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes.

2. O presente contrato corresponde integralmente à vontade dos outorgantes pelo que, consideram que todas as cláusulas acordadas são essenciais à vontade de contratar, e o incumprimento de qualquer delas implica o incumprimento de todo o contrato, com a aplicação das disposições contratuais e legais respetivas.

29 de maio de 2013. - A Secretária Regional da Solidariedade Social, *Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano*. - O Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Nordeste, *Eduardo Manuel Pacheco de Medeiros*.